

ômicos da irrigação sobre o pólo Petrolina-
E, 1991.

nização Agrícola na Região Fruticultora do
ado em Sociologia) - Universidade Federal

Production , State Policies and Uneven
okyo, Pergamon Press.274 p.

públicos e privados no Pólo Petrolina-PE/
globalizado de frutas frescas. 2001. Tese
ias, Campinas, 2001.

ridge and Oxford, Polity Press/ Blackwell

CAVALCANTI. European Retailers as
e Case of Fruit Production in Brazil ,

derley. (Org.). Globalização e desenvolvi-
rdeste brasileiro. Campinas: Polis, 2004.

1.2. DINÂMICA E CRISE DA FRUTICULTURA
IRRIGADA NO VALE DO
SÃO FRANCISCO



Pedro Carlos Gama da Silva

INTRODUÇÃO

A fruticultura no Submédio do Vale do São Francisco (SMSF)¹ conheceu uma expansão sem precedentes nas últimas décadas. Surge timidamente nos anos 1970, à sombra de um complexo agroindustrial que estava se estruturando em torno da agricultura irrigada, e toma um grande impulso em meados dos anos 1980, com o estabelecimento de uma base exportadora de frutas frescas. Configurou-se, na região, a emergência de uma nova cadeia de produção e exportação de frutas frescas, inseridas nas estruturas de suprimento internacional de alimentos de alto valor e de qualidade. Esta confere uma dinâmica própria à atividade e consolida um pólo de produção e exportação de frutas frescas na região. Nos anos 1990, a fruticultura voltada para o mercado in natura desponta como alternativa para a saída da crise da agricultura irrigada e do seu complexo agroindustrial, aproveitando a grande deman-

¹ O Submédio do Vale do São Francisco é uma das quatro regiões fisiográficas do Vale deste rio e abrange áreas dos Estados da Bahia e de Pernambuco, que se estendem desde o município de Remanso até Paulo Afonso, na Bahia. Portanto, é nesse trecho que está inserido o pólo Petrolina/Juazeiro, cuja territorialidade inclui, também, os municípios baianos de Curaçá, Sobradinho, Casa Nova e, no lado pernambucano, Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista. Profundamente marcada pela presença das empresas de produção e exportação de frutas "in natura", a "região" do pólo Petrolina/Juazeiro aqui considerada, na percepção dos agentes sociais locais e externos, identifica-se, atualmente, muito mais como território de influência do eixo econômico formado pela fruticultura irrigada, do que propriamente como um "pólo agroindustrial" no imaginário dos órgãos de desenvolvimento regional. (Silva, 2001).

da de seus produtos no mercado interno. A partir de então, a atividade conhece uma rápida expansão, constituindo na região uma cadeia de suprimento de frutas frescas vinculada aos mercados externo e interno.

A organização da produção em torno da fruticultura desenvolveu-se sobre uma base de investimentos em irrigação pública, mas vários fatores concorreram para a consolidação da sua cadeia produtiva, entre os quais se destaca a representação dos interesses empresariais. A fruticultura tornou-se quase uma especialização no SMSF, contribuindo para mudanças na estrutura econômica local e criando uma nova organização territorial da produção. Essa atividade estabelece-se em meio ao contexto macroeconômico instável que caracterizou a década de 1980 e as décadas seguintes, com as inconsistências das políticas públicas voltadas para o setor agrícola. Em que pese a tendência expansionista da fruticultura, a perda de ritmo desse segmento produtivo já vem sendo constatada nos últimos anos e enfrenta uma série de dificuldades que afeta profunda e adversamente o seu desempenho. A partir do último trimestre de 2008, a crise mundial passou a ter efeitos palpáveis sobre a organização econômica e social do território da fruticultura local. A atividade foi atingida fortemente pelo recuo dos preços das frutas no mercado internacional, aprofundando, ainda mais, a crise já existente nesse setor. O objetivo desse capítulo é caracterizar a evolução recente do complexo produtivo da fruticultura no território do Submédio do Vale do São Francisco, analisando as dificuldades conjunturais e estruturais que vêm repercutindo e podem resultar no desarranjo da organização da sua estrutura produtiva. Propõem-se, ainda, algumas medidas que podem contribuir para o estabelecimento de uma nova articulação de interesses entre os setores público e privado, para estabelecimento de ações comuns no processo de coordenação e regulação setorial e territorial, em torno da fruticultura.

A emergência da fruticultura irrigada no Submédio do Vale do São Francisco

A origem da fruticultura de mesa em escala comercial no SMSF remonta à década de 1950, com a investida do Estado, por meio da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) e, posteriormente, por meio da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Além da ação do setor público, conduzida sob a forma de investimentos para ampliar a infraestrutura, vale ressaltar os estudos e pesquisas destinados a dotar a região de uma base científica e tecnológica sólida, que viria apoiar os empreendimentos atuais. As primeiras iniciativas de pesquisa e apoio técnico para as culturas irrigadas na região datam do início da década de 1950, por meio da CVSF. Entre as culturas trabalhadas, merece destaque a videira, que passou a ser alvo de atenção das iniciativas pública e privada.

O Projeto Piloto de Bebedouro, inaugurado em 1968, em Petrolina-PE, com 130 hectares, divididos em 16 lotes de colonos, foi, sem dúvida, o principal laboratório de “pesquisa-ação”, onde foram colocadas em prática as dúvidas técnicas e operacionais, tanto por parte dos técnicos que estavam à frente das experiências, como por parte dos colonos que se propuseram a assumir os lotes, como verdadeiros “experimentadores” de um empreendimento novo, com grandes riscos.² Dos lotes desses colonos e da orientação dos técnicos da SUDENE e da Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE), começaram a ser difundidas culturas importantes para a região, como o tomate, a melancia e, também, a uva, que passou a ser ali cultivada, simultaneamente, por grandes empresas privadas.

² A partir da implantação do Projeto Piloto de Bebedouro, a CVSF foi transformada em Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE) e passou a assumir a execução do Plano de Irrigação do São Francisco, elaborado e iniciado pela SUDENE. Em 1974, a SUVALE deu lugar à Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf). Com a criação do Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido – CPATSA, da Embrapa, no município de Petrolina-PE, em 1975, foi celebrado um convênio entre a Codevasf e esta instituição de pesquisa, que passou a assumir a manutenção e a operacionalização das estações experimentais de Bebedouro (Petrolina-PE) e Mandacaru (Juazeiro-BA).

Os empreendimentos públicos e privados começaram a despontar, portanto, a partir da década de 1950, funcionando como embriões da fruticultura hoje praticada no SMSF. A conjunção de vários fatores, tais como, o potencial dos recursos naturais, principalmente, as condições de edafoclimáticas, a disponibilidade de terras e água, e a presença decisiva do Estado, iniciando os investimentos da região, constituem-se na base para a transformação do aparelho produtivo local.

O pioneirismo de alguns produtores ou empresários que vieram de fora da região, a partir de então, contribuiu para a afirmação da fruticultura no SMSF. Esses produtores foram capazes de perceber o potencial que a região oferecia para a agricultura irrigada, e, aproveitando o baixo preço das terras, ali se instalaram e iniciaram os primeiros plantios de fruteiras em grande escala. Deve-se reconhecer que tais empreendimentos pioneiros tiveram um "efeito-demonstração" importante para o desenvolvimento futuro da fruticultura na região.

Os empresários e técnicos que se instalaram na região vão desempenhar um papel importante para o seu desenvolvimento, ainda que pouco visível e pouco reconhecido. A progressiva entrada em ação desses novos atores significou uma autêntica ruptura com o passado agrícola e a abertura para novos empreendimentos, pelo aproveitamento dos recursos naturais do território.

O marco decisivo da arrancada para a transformação do território ocorreu com a expansão dos projetos públicos de irrigação. A criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), no ano de 1974, em substituição à SUVALE, e a elaboração do Programa de Ação do Governo para o Vale do São Francisco, para o período 1975-79, dentro do II Plano de Desenvolvimento Nacional - II PND foram fundamentais. É a partir de então, que toma impulso a implementação dos demais perímetros públicos de irrigação do SMSF, que irão entrar em funcionamento na década seguinte, todos localizados no entorno dos municípios de Petrolina-PE e Juazeiro-BA, conforme pode ser observado no Quadro 1.

As ações da SUDENE, BNB, Codevasf, Embrapa e de outros órgãos públicos envolveram a dotação de infraestrutura, a concessão de incentivos fiscais e financeiros para a iniciativa privada, além de estudos, pesquisas e apoio técnico que foram essenciais para o desenvolvimento da agricultura irrigada e, por conseguinte, da fruticultura.

Quadro 1 – Projetos públicos de irrigação no Submédio do Vale do São Francisco.

Projeto de Irrigação	Localização	Ano de Implantação	Início de Operação	Área Implantada (ha)
Bebedouro I	Petrolina-PE	1968	1968	1.060
Bebedouro II	Petrolina-PE	1972-73	1977	576
Mandacaru	Juazeiro-BA	1971-72	1971	376
Maniçoba	Juazeiro-BA	1975-81	1980	4.197
Curaçá	Juazeiro-BA	1975-79	1982	4.165
Tourão	Juazeiro-BA	1977-79	1979	10.548
Nilo Coelho I	Petrolina-PE	1979-84	1984	13.146
Nilo Coelho II	Petrolina-PE	1994-96	1996	7.165

Fonte: Codevasf (1991).

Assim, na metade dos anos 1970, situa-se o marco, a partir do qual foram assentados os investimentos estruturantes que definiram as mudanças no perfil da economia do SMSF.

De acordo com Oliveira (1991), com a expansão da agricultura irrigada, outras culturas de mercado foram introduzidas, diversificando o sistema de produção original que, até então, era concentrado na produção de cebola, a cultura de maior significado econômico na área do SMSF. Culturas de alto valor comercial, como melancia, melão, e, principalmente, tomate, passam a predominar na região como parte do sistema de rotação anual das terras, na agricultura irrigada. A maioria dos produtores da re-

gião, sejam grandes, médios ou pequenos, adota mais ou menos o mesmo ciclo de rotação das terras. As exceções, conforme Oliveira (1991), ficavam por conta das grandes empresas que estavam se instalando na região, que, vislumbrando os mercados externos e os incentivos do governo para obtenção de divisas pela ampliação das exportações, começaram a explorar a fruticultura, ainda que em pequena escala naquele momento.

Conforme pode ser observado no Quadro 2, a ampliação das áreas irrigadas nos anos 1980 repercutiu positivamente na expansão das culturas cultivadas na região, exceto para cebola, que, no período 1980-85, teve sua área reduzida. Mas o que mais chama a atenção é a expansão das culturas da cana-de-açúcar e do tomate, ambas destinadas ao processamento industrial. A cana-de-açúcar teve um crescimento de área da ordem de 1.148% no período 1975-85, em função da instalação de agroindústria canavieira (Agro-Indústrias do Vale do São Francisco S.A. - Agrovale), no município de Juazeiro-BA, enquanto o tomate, nesse mesmo período, teve sua área ampliada em 1.305% e sua expansão esteve ligada à demanda de várias indústrias de processamento de tomate instaladas nos municípios de Petrolina-PE e Juazeiro-BA. Estas agroindústrias tinham o fornecimento da matéria-prima assegurado por meio de contrato direto com os pequenos produtores ou com suas cooperativas.

Ainda com pouca expressão na região em 1980, a cultura da uva, que só tinha presença significativa no município de Santa Maria da Boa Vista-PE, em função, principalmente, da instalação das Fazendas Milano e Ouro Verde, teve sua área quase setuplicada no período 1980-85. Observa-se, no Quadro 2, que até 1980 as áreas cultivadas com uva, manga, coco e banana no pólo Petrolina/Juazeiro eram inexpressivas. A presença da uva e de outras frutas no ano de 1985 sinaliza o início de uma mudança na composição da produção da região, com a entrada em cena da fruticultura, que só virá se consolidar na década de 1990.

Quadro 2 – Área colhida, em hectares, das principais culturas cultivadas nos municípios do pólo Petrolina/Juazeiro³.

Cultura/Ano	Área Colhida (ha)		
	1975	1980	1985
Arroz		1.877	5.673
Cana	506	104	6.317
Cebola	2.057	6.288	4.370
Feijão	19.453	28.391	33.185
Milho	17.244	23.932	30.324
Mandioca	6.737	3.505	6.481
Tomate	516	1.245	7.251
Uva	-	57	398
Manga	-	8	49
Banana	116	52	329
Coco	86	93	86

Fonte: IBGE / Censos Agropecuários 1975, 1980 e 1985.

A fruticultura comercial em larga escala, na região, teve como principal protagonista a cultura da uva, que foi implantada naquelas grandes fazendas, no final dos anos 1970. Tais empreendimentos eram voltados para a produção de vinhos e de uva de mesa. Ou seja, a produção de uva para o mercado "in natura" se desenvolveu atrelada à viticultura.⁴ Como, naquela

³ As informações do Quadro 2 compreendem os dados referentes aos municípios de Curaçá, Juazeiro e Casa Nova, na Bahia, e Petrolina, Santa Maria da Boa Vista, Cabrobó e Orocó, em Pernambuco.

⁴ É importante mencionar que a viticultura na região permaneceu estagnada até o final dos anos 1990. Só a partir dos últimos três anos da referida década, a região começa a se destacar como um pólo vinícola, com a instalação de várias empresas nos municípios de Santa Maria da Boa Vista, Lagoa Grande e Petrolina, do lado pernambucano, e Casa Nova e Juazeiro, do lado baiano. Além da Fazenda Milano, pioneira na produção de vinhos na região, pode-se mencionar a Adega Bianchetti Tedesco Ltda., a Vitivinícola Lagoa Grande e a Vitivinícola Santa Maria, vendida para o grupo português "Dão Sul", que se associou à importadora brasileira de vinhos Expand para constituição da Vinibrasil, todas em plena produção. O pólo vinícola começa a se consolidar com a instalação recente de outras empresas do ramo, algumas delas de renomes nacional e internacional. São elas: Vinícola Miolo, que adquiriu a Fazenda Ouro Verde, Ducos Vitivinícola (França), La Serenissima (Itália). A área cultivada com uvas de vinho pode alcançar três mil hectares nos próximos anos, com os investimentos que estão sendo realizados na região para produção de vinhos finos.

época, a prioridade era a agroindústria, de alguma forma, isso explica porque as duas grandes empresas agrícolas pioneiras no ramo da fruticultura - Fazenda Milano e Fazenda Ouro Verde -, que se instalaram inicialmente na região com incentivos da SUDENE e do BNB, estiveram vinculadas à vitivinicultura.

Um dos principais impulsos iniciais para o desenvolvimento da fruticultura para mesa, ou seja, voltada para produção de frutas in natura no SMSF foi dado pela colonização paulista, por intermédio da Cooperativa Agrícola de Cotia -CAC. Quando se instalou na região, na época que entraram em funcionamento os projetos de irrigação de Maniçoba e Curaçá, a CAC orientou e estimulou os colonos a ela vinculados para o plantio de melão, uva, manga e outras fruteiras. A estratégia seguida pelos colonos era cultivar melancia e tomate, como culturas intercaladas entre as frutas, até estas entrarem em produção.

Mas, como todo setor agrícola brasileiro, durante a década de 1980, a agricultura irrigada do pólo Petrolina/Juazeiro foi profundamente afetada pelo agravamento do quadro macroeconômico do país e pela instabilidade das políticas agrícolas, principalmente pela crise do padrão de financiamento da agricultura.⁵

A crise do Estado e do padrão de financiamento para a agricultura, com a conseqüente retirada das políticas de apoio e fomento diferenciado à produção agrícola, os altos custos da irrigação e a falta de recursos nos órgãos da administração para manutenção dos perímetros e apoio aos irrigantes, impuseram a necessidade de imprimir aos projetos uma lógica de maximização dos lucros por hectare irrigado. As culturas tradicionais, mesmo aquelas de valor comercial elevado ou de processamento industrial - cebola, melão, melancia, tomate e pimentão - que constituíam a base produtiva da pequena

⁵ Certamente, a agricultura irrigada do SMSF foi mais penalizada com as mudanças na orientação das políticas agrícolas, visto que a expansão da agricultura nas áreas irrigadas deu-se com base na cultura do tomate voltado para a indústria e, como se sabe, as políticas agrícolas compensatórias ensaiadas na década de 1980 se prestaram muito bem aos grãos, mas não se aplicavam integralmente para os hortifrutigranjeiros.

produção irrigada, não respondiam positivamente em termos de rentabilidade econômica.⁶

As conseqüências dessa crise são diversas para a atividade agrícola irrigada, para os agricultores e para a economia da região. Enquanto a agricultura de ciclo curto define nos perímetros irrigados, contraditoriamente, a fruticultura avança e se expande rapidamente na região. Registra-se nessa transição um intenso processo de diferenciação e exclusão de agricultores, que se manifesta por uma sucessão da posse da terra (os lotes dos perímetros) e dos empreendimentos, resultando, assim, numa "seleção natural" e na mudança completa do perfil dos irrigantes, que passa a ser determinado, principalmente, pelas capacidades técnica e de investimento na atividade frutícola.

Nesse caso, foram os produtores dotados de mais conhecimentos técnicos e de melhores informações sobre o mercado, que passaram a apostar na fruticultura como uma alternativa de exploração rentável, seguindo a lógica das grandes empresas. Mas, diferentemente destas, optaram por um conjunto diversificado de produtos que incluía, além da manga e da uva, outras culturas como banana, goiaba, coco e pinha, todas voltadas para o mercado interno, especialmente, para os grandes centros consumidores de frutas in natura localizados do Centro-Sul e na região Nordeste, com um grande potencial de demanda.

De fato, a partir de meados de 1985, a fruticultura se firma no pólo Petrolina/Juazeiro. A expansão da fruticultura no período 1985-95 pode ser observada, nitidamente, no Quadro 3, quando a área colhida com as principais culturas irrigadas no pólo cresceu substancialmente. Com exceção das culturas do arroz e do tomate, todas as demais tiveram suas áreas ampliadas, especialmente as frutas, que despontam na região e tomam um grande impulso nesse período. No caso específico do tomate, fica evidenciado o momento

⁶ Uma pesquisa realizada por Biserra et al. (1995), nos perímetros irrigados do Nordeste, verificou que em 1987, no Projeto Nilo Coelho, o maior perímetro irrigado da região, os baixos níveis de rentabilidade econômica não suportariam sequer uma política de cobrança de água do tipo "cost recovery", onde todos os custos teriam que ser ressarcidos e mesmo que a tarifa de água representasse apenas os custos operacionais, os níveis de rendimentos seriam insuficientes para pagar.

de inflexão e queda nas taxas de crescimento dessa cultura com a crise do complexo agroindustrial tomateiro.

A expansão da fruticultura protagonizou um processo de reestruturação da agricultura irrigada com repercussões econômicas, sociais e políticas importantes, no território do SMSF. As mudanças que daí decorreram provocaram alterações significativas na composição dos produtos cultivados, na base técnica da produção, na estrutura de posse da terra, nos encadeamentos anteriores e posteriores ao processo de produção agrícola e na estrutura do emprego da região, culminando com um verdadeiro desmonte do incipiente pólo agroindustrial que estava em formação.

Aqui vale ressaltar a capacidade dos empresários de antever o fracasso do pólo agroindustrial e enxergar na fruticultura de exportação um grande negócio para a região, contrariando, inclusive, as idéias arraigadas nos organismos públicos que insistiam na estruturação do complexo agroindustrial, sem vislumbrar a alternativa da fruticultura para o mercado in natura, que já tinha certa expressão na região.

Quadro 3 - Evolução da área colhida, em hectares, das principais culturas irrigadas no pólo Petrolina/Juazeiro - 1980-1995.

Cultura	Área Colhida (ha)		
	1980	1985	1995
Arroz	1.877	5.673	1.639
Cana	104	6.317	11.081
Cebola	6.288	4.370	5.245
Melancia	-	2.007	4.950
Melão	-	686	2.613
Tomate	1.245	7.251	5.002
Uva	57	398	2.400
Manga	8	49	4.416
Banana	52	329	3.262
Goiaba	-	1	516
Coco	93	86	695
Acerola	-	-	571
Pinha	-	14	14
Maracujá	-	36	373
Limão	-	69	282
Laranja	4	11	24

Fonte: IBGE/Censos Agropecuários 1980, 1985 e 1995-96.

Os primeiros esforços de exportação de frutas começaram em 1987, por iniciativa das grandes empresas, motivadas pelos incentivos do Estado para resolver os problemas da balança comercial e forçadas por conjunto de fatores que desestimulavam a comercialização no mercado interno. As primeiras iniciativas foram incipientes em volume, mas despertaram nos grandes produtores a necessidade de uma maior organização, inclusive com a criação de órgãos que centralizassem as ações de comercialização dos produtores da região, a exemplo de cooperativas e, especialmente, a criação da Associação dos Exportadores de Hortifrutigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco (Valexport).

Em função da produção de frutas voltada para o mercado externo, foi montada na região, toda uma infra-estrutura física e de apoio à comercialização, especialmente da cadeia de frios, que envolve a estruturação de *packing house*, aumento da capacidade de resfriamento e de armazenamento nas empresas e cooperativas, melhoria da estrutura portuária, entre outros investimentos realizados.

Principais fatores de evolução da fruticultura no Submédio do Vale do São Francisco

A expansão da fruticultura no Submédio do Vale do São Francisco foi favorecida pela grande potencialidade de recursos naturais, em especial as condições de clima semi-árido tropical, com temperaturas elevadas, alta insolação, baixa umidade relativa e grande disponibilidade de água para irrigação. Além dessas vantagens comparativas, a consolidação do novo complexo de produção de frutas frescas na região, nos últimos trinta anos, está diretamente associada a três dinâmicas distintas que concorreram para uma completa reestruturação produtiva e recomposição da sua base econômica e social.

A primeira delas foi, sem dúvidas, a forte presença do Estado a partir da década de 1950, realizando investimentos significativos nas áreas de trans-

porte, energia, comunicação, educação, saúde e agricultura. Os primeiros ensaios experimentais com fruticultura realizados pela CVSF, a realização dos estudos básicos sobre os recursos naturais da região e a implantação dos primeiros projetos-pilotos de irrigação pública pela SUDENE e SUVALE, representaram os esforços iniciais das autoridades governamentais, visando explorar as potencialidades econômicas do Submédio do Vale do São Francisco, onde a fruticultura aparecia mais no plano das intenções e das tímidas iniciativas de alguns pioneiros. Mas, foram os investimentos realizados pelo Estado na construção dos grandes projetos de irrigação a partir de meados da década de 1970, aliados aos incentivos fiscais e financeiros, administrados pela SUDENE e BNB, sinalizando à iniciativa privada para investir na região, que representaram o marco decisivo para o desenvolvimento da fruticultura. Além disso, um conjunto de programas regionais de desenvolvimento e políticas agrícolas de corte setorial e nacional, que estendidos à agricultura irrigada, estimularam os investimentos privados em torno da fruticultura. A ação do Estado, concentrada em torno dos municípios de Petrolina-PE e Juazeiro-BA, que tinha como objetivo a constituição de um pólo agroindustrial, definiram as mudanças no perfil da economia da região.

O segundo movimento que confere uma dinâmica à fruticultura do Submédio do Vale do São Francisco decorre das transformações em curso no processo de globalização da economia no âmbito da agricultura e da alimentação. A emergência das cadeias internacionais de suprimento de produtos frescos de alta qualidade, entre as quais se destaca a de frutas frescas, e a orientação das políticas públicas convergem para fazer dos espaços locais zonas privilegiadas de atuação nessas cadeias.

Nas últimas três décadas, assiste-se ao desenvolvimento do complexo alimentício voltado para a produção e o abastecimento em rede de alimentos frescos, destinados aos mercados nacionais e internacionais. Conforme Silva (1999), a expansão desse novo complexo cria a oportunidade para a inserção produtiva de algumas regiões de países em desenvolvimento e permite que estes espaços rurais se integrem num circuito globalizado de alimentos de

elevado valor. É nesse contexto que se insere o complexo de exportação de frutas no SMSF e as mudanças que daí decorrem na região, implicam um conjunto de novas preocupações associadas com o desenvolvimento rural local e sinalizam para o aparecimento de novas formas de manifestação e de articulação dos interesses públicos e privados. Esta articulação de interesses conferiu uma dinâmica que foi decisiva para a expansão da fruticultura no Submédio do Vale do São Francisco.

Finalmente, outro fator que contribuiu decisivamente para a dinâmica da fruticultura irrigada do Submédio do Vale do São Francisco foram os investimentos privados na irrigação e a organização de uma representação de interesses empresariais. Conforme Silva (2001), em torno dessa atividade, instalou-se uma iniciativa privada dinâmica, que foi capaz de estruturar uma organização empresarial atuante, com base em cooperativas, associações de produtores e alianças com setores da distribuição e com o Estado. Vale destacar, também, o papel exercido pela Cooperativa Agrícola de Juazeiro – CAJ, Brazilian Grapes Marketing Association – BGMA e pela Associação dos Produtores e Exportadores de Hortigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco – Valexport como organizações e “loci” da representação dos interesses empresariais da fruticultura do SMSF. Esta última foi capaz de interagir com o Estado, ocupar espaços estratégicos nos campos político e negociais, e assumir a coordenação e o monopólio da representação do setor, perante os poderes públicos constituídos foi decisivo para a dinâmica de fruticultura no SMSF. Com o arrefecimento da ação do Estado no campo, na esfera da agricultura irrigada da região, a representação de interesses privados constituída em torno da fruticultura se consolida, passando a atuar em defesa do setor. Os grandes empresários da fruticultura, organizados em torno da Valexport, interagiram com a arena política local, regional e nacional, constituindo um grupo de interesse organizado com acesso privilegiado ao governo. É essa representação constituída em torno da fruticultura, que passa a deter o poder e a capacidade de influenciar ou direcionar as ações das instituições e as políticas públicas voltadas para a região, prioritariamente, para o setor.

A organização dos interesses no setor frutícola do pólo Petrolina/Juazeiro não significou apenas a representação política e institucional da categoria empresarial, como, também, exerceu um papel importante na construção de mecanismos de governança para solucionar alguns problemas do setor. Essa representação passa a exercer o papel de interlocutor privilegiado frente às instituições públicas que atuam no SMSF, estabelecendo vínculos institucionais de forma seletiva e de acordo com os interesses previamente estabelecidos na sua estratégia de atuação, quais sejam: fortalecimento das exportações; incremento à pesquisa com fruticultura irrigada; adequação de infra-estrutura portuária e aeroportuária com especialização para operação com frutas.

O esforço cooperativo realizado pelas empresas produtoras permitiu o ganho de escala, o rebaixamento dos custos de captação e de disseminação de informações e a montagem de um sistema logístico eficiente. Esses fatores tiveram fundamental importância para conferir maior competitividade aos produtos no concorrido mercado internacional. Por outro lado, também proporcionaram uma ampliação no poder de barganha frente aos importadores e distribuidores das frutas produzidas na região, nesse mercado altamente exigente com a qualidade dos produtos (quanto ao brix, embalagem, tamanho, visual, entre outros critérios), com o compromisso e regularidade das entregas.

Em síntese, a dinâmica da fruticultura do SMSF decorreu, basicamente, da capacidade que os grandes produtores tiveram de se apropriar dos incentivos do Estado para estruturar os pólos de irrigação e constituir uma frente de interesses organizados em torno de suas associações, com destaque para a Valexport, que foi capaz de exercer um poder de coordenação sobre a atividade e credenciar-se como interlocutor privilegiado junto ao Estado para influenciar nas definições das políticas públicas para o setor. Esses fatores tiveram um papel relevante para inserção da produção regional na rede de suprimento internacional de frutas frescas. Porquanto, o dinamismo da fruticultura irrigada na região aparece sempre vinculado à sua inserção no mercado externo.

Todavia, é a presença de um mercado interno amplo e competitivo que confere um maior grau de liberdade à organização do complexo produtivo da fruticultura no Submédio do Vale do São Francisco, pois além de envolver um grande volume de negócios, apresenta-se como saída para a instabilidade do mercado externo. É em torno do mercado doméstico que gira um grande número de pequenos e médios produtores com grande capacidade de abastecimento interno e potencial de inserção no mercado externo, que cumprem funções sociais importantes e abrem novas possibilidades para uma concertação de interesses mais ampla.

A dinâmica de crescimento e a crise atual da fruticultura no SMSF

No Submédio do Vale do São Francisco, atualmente, a área irrigada é de, aproximadamente, 120 mil hectares, com expressiva participação da fruticultura. De acordo com os dados da Codevasf, em 2005, a área cultivada com frutas girava em torno de 72 mil hectares (Quadro 4). Merecem destaque as culturas destinadas à exportação (manga e uva), que despontavam entre as principais fruteiras cultivadas e tomariam um grande impulso na região. Mas, também, pode ser observado um leque diversificado de frutas que passam a ser cultivadas nos perímetros irrigados, onde se destaca a banana, mas todas destinadas ao incipiente mercado interno.

Quadro 4 – Área cultivada com frutas no Submédio do Vale do São Francisco - 2005⁷.

Fruta	Área (ha)			Produção (t)		
	Perímetro	Outras	Total	Perímetro	Outras	Total
Manga	13.256	10.000	23.256	224.000	179.200	403.200
Uva	4.363	7.000	11.363	51.560	147.292	198.852
Goiaba	3.788	1.894	5.682	77.660	38.830	116.490
Melancia	1.219	1.200	2.419	15.518	15.518	31.036
-	263	1.000	1.263	3.338	13.352	16.690
Acerola	948	900	1848	5.258	25.258	30.516
Maracujá	627	750	1377	3.216	3.859	7.075
Limão	101	150	251	793	1.189	1.982
Pinha	91	45	136	1.207	603	1.810
Tomate	77	308	385	910	3.640	4.550
Outras	137	548	685	1.083	4.332	5.415
Total			71.921			1.220.816

Fonte: Codevasf.

A fruticultura no território do Submédio do Vale do São Francisco surgiu timidamente, à sombra da agroindústria e tomou um grande impulso em meados dos anos 1980, com a estruturação de uma base exportadora. Esta conferiu uma dinâmica própria à atividade e consolidou um pólo de produção e exportação de frutas frescas na região.

As exportações de frutas produzida no SMSF tiveram uma trajetória ascendente desde as primeiras iniciativas, em 1987, com pequenas variações no volume exportado em função da instabilidade das políticas cambiais e do próprio mercado externo, até meados dos anos 1990. Entretanto, é a partir de 1997 que essa tendência se consolida e a participação das principais frutas produzidas nesse território, voltadas para mercado externo (uva e manga), passa a contribuir com mais de 90% do volume das exportações do país, conforme pode ser observado nos Quadros 5 e 6.

Vale ressaltar que, a partir de 1998, com a mudança da política cambial do país, houve uma retomada no crescimento das exportações de manga e uva no SMSF, de modo que, no período compreendido entre 1998 e 2007,

⁷ Dados fornecidos pela Codevasf – Base de Dados interna do Cadastro Frutícola 2005.

o volume e o valor das exportações dessas frutas tiveram uma trajetória ascendente, exceto no ano de 2004, quando essa tendência foi temporariamente interrompida devido à incidência de fortes chuvas nesta região. Em 2007, a participação do SMSF no valor total das exportações brasileiras de frutas representou 39,1%.

Quadro 5 – Exportações de uvas do Submédio do Vale do São Francisco – 1997-2007.

Ano	Volume (t)			Valor (US\$ 1.000,00)		
	Vale	Brasil	%	Vale	Brasil	%
1997	3.700	3.705	100%	4.700	4.780	98%
1998	4.300	4.405	98%	5.550	5.823	95%
1999	10.250	11.083	92%	7.910	8.614	92%
2000	13.300	14.000	95%	10.264	10.800	95%
2001	19.627	20.660	95%	20.485	21.563	95%
2002	25.087	26.357	95%	32.460	33.789	96%
2003	36.848	37.600	98%	58.740	59.939	98%
2004	36.848	37.600	98%	58.740	59.939	98%
2005	25.927	26.456	96%	48.559	49.550	97%
2006	25.927	26.456	96%	48.559	49.550	97%
2007	48.652	51.213	95%	101.912	107.276	95%
2008	59.138	62.251	95%	112.510	118.432	95%
2009	78.404	79.081	99%	168.243	169.696	99%
2010	78.404	79.081	99%	168.243	169.696	99%
2011	79.775	82.242	97%	166.312	174.944	97%

Fontes: Agriannual (2001-2008); Aliceweb (2008).

Quadro 6 – Exportações de manga do Submédio do Vale do São Francisco – 1997-2007.

Ano	Volume (t)			Valor (US\$ 1.000,00)		
	Vale	Brasil	%	Vale	Brasil	%
1997	21.500	23.370	92%	18.600	20.182	92%
1998	34.000	39.185	87%	29.750	32.518	91%
1999	44.000	53.765	82%	28.600	32.011	89%
2000	57.200	67.000	85%	37.180	43.550	85%
2001	81.155	94.291	86%	43.443	50.814	85%
2002	81.155	94.291	86%	43.443	50.814	85%
2003	93.559	103.598	90%	45.962	50.894	90%
2004	93.559	103.598	90%	45.962	50.894	90%
2005	124.620	133.330	93%	68.256	73.394	93%
2006	124.620	133.330	93%	68.256	73.394	93%
2007	102.286	111.181	92%	59.158	64.303	92%
2008	102.286	111.181	92%	59.158	64.303	92%
2009	104.657	113.758	92%	66.724	72.526	92%
2010	104.657	113.758	92%	66.724	72.526	92%
2011	105.410	114.576	92%	78.992	85.861	92%
2012	105.410	114.576	92%	78.992	85.861	92%
2013	107.812	116.047	93%	83.281	89.643	93%
2014	107.812	116.047	93%	83.281	89.643	93%
2015	124.364	135.178	92%	110.394	119.993	92%

Fontes: Agriannual (2001-2008); Aliceweb (2008).

Conforme demonstra Fávero (2008), se a primeira metade da década de 1990 foi marcada pelas dinâmicas expansionistas para a implantação das áreas com fruticultura e otimistas quanto às perspectivas para o agronegócio sustentado de frutas no SMSF, principalmente, por uma conjuntura favorável de preços no mercado externo, o período seguinte inaugura uma fase de turbulências para o setor.

O comportamento dos preços da uva e da manga nos mercados nacional e internacional contribuiu para manutenção da lucratividade dessas culturas, colocando-as entre as mais rentáveis da agricultura irrigada do Semi-árido nordestino. Até o ano de 2003, este setor conviveu com aumento de preços e com a desvalorização cambial, experimentando, portanto, a oportunidade para elevar os ganhos de rentabilidade. Entretanto, a partir de então, essa situação vem se deteriorando com a valorização cambial. Muito embora, o setor tenha continuado a conviver com preços em tendência de alta, no caso da uva, esse ritmo foi desacelerado em relação ao período anterior, ficando abaixo até da variação dos preços internos e quase duas vezes inferior à valorização cambial entre 2003 e 2007. Segundo Siqueira (2007), no período de 1999 a 2007, o aumento do preço da uva foi três vezes inferior à variação do Índice de Preços por Atacado - IPA, que reflete mais diretamente nos custos de produção.

Para a cultura da manga, essa situação é ainda mais grave. O crescimento do mercado não acompanhou o ritmo da rápida expansão das áreas cultivadas com esta cultura e o conseqüente crescimento da produção, com conseqüência direta sobre a evolução dos preços da manga nos mercados nacional e internacional. De acordo com Fávero (2008), o ano de 1996 inaugura uma queda dos preços internacionais da manga, resultante do excesso de oferta da fruta oriunda do Brasil, mas, também, devido ao aumento da oferta de países exportadores tradicionais, como Israel e África do Sul, e a entrada em cena de outros países concorrentes, como o Peru.

Com isso, o setor vem sofrendo uma pressão negativa sobre a sua rentabilidade decorrentes das perdas de lucratividade das exportações. De acor-

do com o relato do presidente da Câmara de Fruticultura de Juazeiro, o câmbio desfavorável, associado ao aumento dos custos dos insumos, resultou em perdas de mais de 56,5% do faturamento do setor nos últimos três anos.⁸

Com a valorização do real, a presença de um mercado interno amplo e competitivo sempre se apresenta como uma alternativa para a instabilidade do mercado externo e para absorver a crescente produção de frutas, vez que envolve um grande volume de negócios. Em que pese a sua grande dimensão, o mercado interno tem sido fortemente influenciado pela concorrência de novos pólos de produção de frutas que estão se estabelecendo no país.

A expansão da fruticultura em várias outras áreas da região Nordeste e em outras regiões do País, principalmente aquelas mais próximas dos centros consumidores do Centro-Sul e das metrópoles, representa uma ameaça à atividade frutícola do SMSF, pois tais regiões despontam como fortes concorrentes na disputa desses cobiçados mercados. O fato de várias outras regiões, com forte incentivo dos governos estaduais, se lançarem na produção de frutas como alternativa à crise de outras culturas, pulverizando a atividade em todo o país, pode comprometer o desempenho atual da fruticultura voltada para o mercado in natura, principalmente, quando se levam em consideração as dificuldades atuais de coordenação e regulação do mercado.

Essas novas áreas de produção, além de entrar com seus produtos no mercado na época em que ocorre a safra do SMSF, beneficiam-se de algumas vantagens competitivas proporcionadas, principalmente, pela logística com significativa redução no custo de transporte e no custo de produção. São mais de trinta pólos de fruticultura espalhados no país, com uma forte participação da região Nordeste que concentra metade deles.⁹

⁸ Documento encaminhado para as autoridades monetárias do governo, em 27 de janeiro de 2009, cujo conteúdo abordava sobre "A crise financeira mundial e seus reflexos na fruticultura do Submédio do São Francisco".

⁹ Essa situação tende a se agravar ainda mais com os investimentos previstos no Plano de Aceleração do Crescimento - PAC capitaneado pelo Governo Federal que prevê a implantação ou ampliação de mais 13 projetos de irrigação. Em sua maioria, a fruticultura aparece como a principal alternativa de exploração.

Essa situação é preocupante, à medida que, várias frutas tradicionalmente cultivadas sob o regime de irrigação já dão sinais de esgotamento de mercado, como ocorre atualmente com o coco e a manga, e os projetos de irrigação em funcionamento ressentem-se de novas alternativas de cultivos que façam face aos elevados custos da irrigação. A principal conseqüência da expansão das áreas irrigadas sem novas alternativas para diversificação dos cultivos e dos mercados é a concorrência predatória motivada pelo excesso de oferta e pela queda dos preços das frutas nos principais mercados. Aqui vale ressaltar que é em torno do mercado doméstico de frutas que gira um grande número de pequenos e médios produtores com boa capacidade de abastecimento interno e que cumprem funções sociais importantes, no território da fruticultura do SMSF.

Como já foi mencionado, o empresariado do SMSF, por intermédio de uma organização da representação de seus interesses, foi capaz de construir mecanismos de governança para equacionar a maioria dos problemas do complexo que impediam o desenvolvimento do setor de produção e exportação de frutas da região. São inegáveis o papel e a influência da organização na determinação da eficiência do setor, associada à melhoria dos processos tecnológicos, assim como a definição dos processos e produtos que estão em conformidades com as tendências do mercado internacional.

Mas é preciso considerar que o poder da organização dos interesses privados em torno do complexo frutícola do SMSF, capitaneada por sua principal entidade – a Valexport – encontra-se fragilizado. Esta organização está enfraquecida e sua atuação parece inexpressiva diante dos entraves que são colocados no comércio internacional, normalmente, carregados de práticas protecionistas, e frente ao grande poder de oligopólio da rede internacional de importadores e distribuidores de frutas. O poder local de organização e coordenação da produção frente à estrutura do mercado internacional se rende as essas debilidades.

A estratégia de governança setorial foi predominantemente voltada para exportação, envolvendo um número reduzido de grandes produtores e empre-

sários. A ausência de uma estratégia para potencializar o mercado interno, incorporar outras categorias de produtores e ampliar o escopo da concertação dos interesses dificultou o “reconhecimento público” da principal entidade de representação dos fruticultores – a Valexport – no próprio território.

De fato, a estratégia da organização no sentido de articular uma política de estímulo para o mercado interno sempre foi muito tímida, como ocorreu com as câmaras setoriais para uva de mercado interno, manga e coco, criadas em torno da Valexport, que apresentaram resultados pífios e não resistiram ao tempo. As manifestações mais incisivas nesse sentido despontaram nos últimos anos, tardia e timidamente.

Em que pese a reconhecida contribuição da iniciativa privada e da sua organização, faltou-lhe na sua origem uma visão estratégica que garantisse a emancipação dos interesses setoriais e autonomia para o desenvolvimento de uma política de longo prazo para o setor. Entende-se que a estruturação de uma logística setorial para atender às necessidades de abastecimento interno era uma questão fundamental para o fortalecimento da governança do setor. Aqui cabe lembrar o caso do complexo produtivo da maçã na região Sul, que organizou uma logística de produção e comercialização em base competitiva tanto no mercado interno como no externo, e constituiu uma estrutura de governança sólida para o setor.

A falta de autonomia e liderança no setor frutícola no SMSF é evidente quando se trata, por exemplo, da implementação e manutenção de algumas ações de políticas setoriais. O ônus da maioria dessas ações sempre esteve às expensas do Estado e muito pouco foi devidamente assumido pelas organizações dos interesses privados, como ficou evidenciado na implantação do Programa de Produção Integrada de Frutas - PIF e a tentativa de criação de uma Identificação Geográfica - IG para as frutas produzidas no território. Isso, também, ocorre quando se trata de uma ação política de corte nacional, envolvendo outros setores vinculados à fruticultura, a exemplo de uma ação política de marketing e divulgação das frutas brasileiras nos mercados interno e externo.

As tendências recentes na cadeia agroalimentar indicam um movimento orientado para novas cadeias de qualidade, incluindo um conjunto de preocupações dos consumidores com a forma como são produzidos os alimentos. A exigência de critérios de certificação levando em consideração o local de produção e os aspectos de ética ambiental e social passa a ser relevante e confere um novo conteúdo à noção de qualidade dos alimentos de alto valor. Nesse sentido, a Certificação e a Identificação Geográfica das frutas e seus derivados produzidos no SMSF revestem-se de grande importância para afirmação da produção do território nesse cenário e o setor produtivo precisa estar em permanente sintonia com as tendências do sistema agroalimentar.

A fruticultura do SMSF tem aparecido na mídia como uma atividade dinâmica e coberta de êxitos no agronegócio brasileiro. A imagem de sucesso do setor esconde as suas dificuldades. Vários empreendimentos que foram símbolos do sucesso da fruticultura na região, já desapareceram ou passam, atualmente, por uma grave crise. Entre estes, pode-se citar as Fazendas Ouro Verde, Safra, Mapel e Catalunha, que operaram por vários anos no ramo da fruticultura, mas não conseguiram superar ou se defender das adversidades conjunturais ou de mercado, passando a enfrentar dificuldades administrativas e financeiras, encerrando suas atividades na região. Ironicamente, o destino da maioria dessas fazendas foi parar nas mãos de pequenos produtores assentados, por meio do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST. Mesmo empreendimentos bem estruturados, do porte da Fazenda Milano, não vêm conseguindo se livrar dos efeitos da crise que atinge os seus negócios.

A ampla participação dos pequenos produtores na produção de frutas do SMSF pode ficar comprometida pela falta e inadequação dos instrumentos de crédito. A ausência de uma política de crédito adaptada às condições dos pequenos produtores e às peculiaridades da atividade, considerando a maturação dos investimentos e a diversidade de culturas, está contribuindo para o endividamento desse segmento de produtores. Muitos daqueles que conseguiram se engajar no ramo da fruticultura, valendo-se do crédito bancário, atualmente, deparam-se com dívidas impagáveis.

Várias empresas que estão operando na região e um número significativo de pequenos e médios estão endividados. Conforme diversas notícias veiculadas na imprensa, recentemente, os produtores de frutas do SMSF enfrentam sérias dificuldades e a maioria deles amarga uma elevada dívida.¹⁰ O receio com as altas taxas de desemprego e a preocupação com a onda de inadimplência e falência de empresas rondam o setor, que reclama por uma renegociação das dívidas e por um conjunto de medidas de políticas públicas para a fruticultura.

Por outro lado, as crises de ajustamento dos anos 1990 contribuíram para reduzir o ufanismo quanto às possibilidades do território e serviram para orientar os empreendimentos em bases mais realistas e cautelosas. As dificuldades enfrentadas pelos fruticultores do SMSF não diferem, em geral, das que tem se defrontado o resto do setor produtivo agrícola do país, e as tendências de longo prazo não podem ser vistas, apenas, com pessimismo.

As conseqüências da recente crise financeira internacional são ainda imprevisíveis e as incertezas, principalmente mercadológicas, ainda pairam no setor. Vários fatores concorreram para o agravamento da situação da fruticultura do SMSF diante da crise. Em sua maioria, decorre das estratégias de comercialização adotadas pelas empresas e pelas organizações dos fruticultores e estão, direta ou indiretamente, relacionadas à ausência de uma governança setorial consolidada.

Em que pesem as dificuldades apresentadas pela fruticultura do SMSF, o futuro dessa cadeia produtiva ainda sinaliza um grande potencial de expansão e de inserção nas redes nacional e internacional de suprimento agroalimentar, e representa uma grande oportunidade para o desenvolvimento regional.

¹⁰ Vale ressaltar que as origens do endividamento para a maioria das empresas remontam aos planos de estabilização, desde o Plano Collor, em 1990, quando ocorreu a primeira crise do setor, com o descasamento entre a correção monetária das dívidas, que eram ajustadas pela TR, e os preços agrícolas. Mas, também, as dívidas contraídas mais recentemente pelo setor, com os recursos do FNE, por exemplo, já causam preocupação aos fruticultores.

Mesmo num setor constituído, predominantemente, por empresas nacionais que têm no mercado doméstico o maior destino da sua produção, o foco nas exportações continuará sendo uma grande oportunidade. Mas para que elas possam internacionalizar ainda mais as suas atividades, fazem-se necessários o estabelecimento de parcerias e associações com empresas dos países centrais, atraindo-as para produzir em nosso território ou para o estabelecimento de unidades de distribuição naqueles países.

Uma das principais vulnerabilidades da fruticultura do SMSF que ficou evidenciada na crise atual é a estratégia de comercialização para o mercado externo com alta concentração das exportações e a grande dependência dos mercados americano e europeu. Acrescente-se, também, a vulnerabilidade da venda exclusiva do produto in natura para esse mercado concentrado em, apenas, duas frutas frescas: manga e uva. E, ainda, concentrado num leque estreito de poucas variedades, quando, cada vez mais, o mercado externo demanda uma grande diversidade de frutas e variedades destas.

A elevada concentração da produção de frutas, voltada para o consumo in natura nos mercados externo e interno, parece inexplicável quando existe uma grande oportunidade que pode ser oferecida por outros produtos da sua cadeia produtiva, tais como: sucos, passas, vinagres, fármacos, pigmentos, entre outros, além do grande potencial para o desenvolvimento do turismo rural, em especial, o enoturismo.

O aproveitamento das oportunidades oferecidas pelo imenso mercado interno para o consumo de frutas e de seus derivados pode contribuir para a consolidação do setor frutícola do Submédio do Vale do São Francisco, vez que o Brasil é um país que, ainda, apresenta um baixo consumo per capita de frutas. A ampliação do mercado interno para as frutas e seus derivados representa um passo importante para a expansão da fruticultura do SMSF. Trata-se de um movimento que já se encontra em curso, entretanto precisa ser apoiado por políticas públicas voltadas para o fortalecimento do setor. O sucesso desse ciclo virtuoso criará condições para consolidação neste território de um pólo de fruticultura com condições de assumir a liderança nacional do

setor, com potencial de inserção nas cadeias internacionais de suprimento de alimentos, em curto prazo.

As organizações dos interesses privados que desempenharam um papel fundamental para a consolidação da fruticultura no SMSF padecem da falta de poder para coordenação da cadeia e não têm sido capazes de interagir com o Estado, ocupar espaços estratégicos nos campos político e negociais, e assumir a governança do setor. Essa crise de representação que paira sobre a cadeia da fruticultura do SMSF já repercute diretamente sobre os interesses constituídos e estão resultando no desarranjo das atuais organizações de interesses privados e, ao mesmo tempo, sinalizando para o surgimento de novas estratégias de governança setorial.

Finalmente, medidas de indução externa do Estado, para promover os realinhamentos das tendências atualmente em curso nas cadeias de abastecimento de alimentos, para apoiar o desenvolvimento setorial e para fortalecer a estrutura de governança setorial local, se fazem necessárias. Mas, de acordo com Siqueira (2007), para o sucesso desta indução, é preciso definir uma estratégia de desenvolvimento acelerado para toda a cadeia, que contemple investimentos para expansão da área cultivada, fortalecimento dos segmentos de fornecedores (máquinas e equipamentos, insumos, entre outros), desenvolvimento tecnológico (instituições de ensino e pesquisa) e ampliação da capacidade agroindustrial para vinhos, sucos e outros derivados da uva e demais frutas cultivadas.

Considerações finais

A fruticultura no Submédio do Vale do São Francisco (SMSF) conheceu uma expansão sem precedentes nas últimas décadas. A estruturação de uma base exportadora conferiu uma dinâmica própria à atividade e a presença de um grande mercado interno consolidou uma cadeia de suprimento de frutas frescas vinculada aos mercados externo e interno. O impacto da fruticultura promoveu profundas mudanças na estrutura econômica local e estabeleceu uma nova organização territorial da produção.

A representação de interesses privados, constituída em torno da fruticultura, desempenhou um papel importante para consolidação do setor frutícola. Mas, a estratégia de organização dos interesses e de governança foi setorial e, predominantemente, voltada para exportação, envolvendo um número reduzido de grandes produtores e empresários. A ausência de uma estratégia bem definida para potencializar o mercado interno, incorporar outras categorias de produtores e ampliar o escopo da concertação dos interesses com a participação de outros atores locais impediu o estabelecimento de uma coordenação mais sólida para o setor. Trata-se, portanto, de um movimento inacabado de emancipação da coordenação setorial.

As dificuldades enfrentadas pelo setor, atualmente, refletem claramente as fragilidades da sua coordenação. A realidade atual dos negócios em torno da fruticultura do SMSF sugere, portanto, novos papéis de coordenação e regulação para o setor. Nesse sentido, entre os principais fatores diferenciadores em torno dos quais convergirão as competências e eficiências da fruticultura do SMSF, está a organização do setor privado, visando o controle de qualidade, da tecnologia e, principalmente, das informações mercadológicas. Para isso, torna-se necessário o estabelecimento de uma nova articulação entre os setores público e privado, para montagem de ações comuns no processo de coordenação e regulação em torno da fruticultura, visando o estabelecimento de uma nova organização de governança territorial da produção.



BIBLIOGRAFIA

- AGRIANUAL: Anuário da Agricultura Brasileira. São Paulo: FNP Consultoria e Comércio. 1992-2008. Anual.
- ALICEWEB. Exportação Brasileira 1996-2008. Disponível em: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/consulta>>. Acesso em: 20 ago. 2008.
- BISERRA, J.V.; MELO FILHO, A.N. de; CAMARA, S. F.; BACELAR, A.M.M. Rentabilidade da irrigação pública no Nordeste sob condições de risco. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v.26, n.2, p.239-263, abr./jun. 1995.
- CODEVASF. Inventário dos projetos de irrigação. Brasília: 1991. 166p.
- CODEVASF. Cadastro frutícola 1999 do Vale do São Francisco, Brasília, 1999. 1 CD-ROM.
- FAVERO, L. A. (Org.). A cultura da manga no São Francisco: posicionamento, limites, oportunidades e ações estratégicas. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008. 230 p.
- IBGE. Censo Agropecuário 1975. Rio de Janeiro, 1975.
- IBGE. Censo Agropecuário 1980. Rio de Janeiro, 1980.
- IBGE. Censo Agropecuário 1985. Rio de Janeiro, 1985.
- IBGE. Censo Agropecuário 1995-1996. Rio de Janeiro, 1996.
- OLIVEIRA, A.C. de. (Coord.) Impactos econômicos da irrigação sobre o pólo Petrolina-Juazeiro. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1991. 270p. il.
- SILVA, P. C. G. da. Articulação dos interesses públicos e privados no pólo Petrolina-PE/Juazeiro-BA: em busca de espaço no mercado globalizado de frutas frescas. 2001. 245 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas.
- SILVA, P. C. G. da. Evolução recente da cadeia de frutas frescas no Pólo Petrolina-PE/Juazeiro-BA. Cadernos de Debate, Campinas, v.7, p. 10-18, 1999.
- SIQUEIRA, T. V. Vitivinicultura mundial: 1961-2007. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 26, p. 233-298, set. 2007.